



## Relatório INSP-2019-0098

### BI-2019-0090

#### 1 – Dados gerais

##### 1.1 - Inspeção

**Data:** 17/09/2019 **Hora:** 14h00 **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:** Paulo M. Pires

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção foi efetuada no âmbito da campanha de inspeções dirigida a operadores de gestão de resíduos.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

##### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Ambiente 18 - Gestão Ambiental do Triângulo, Lda. **NIPC/NIF:** 510712690

**Sede/morada:** Canada do Vale, Rua da Carreira de Tiro, N.º 13

**Código Postal:** 9900-403

**Freguesia:** Flamengos

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

##### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Ambiente 18 - Gestão Ambiental do Triângulo

**Endereço:** Canada do Vale, Rua da Carreira de Tiro, N.º 13

**Código Postal:** 9900-403

**Freguesia:** Flamengos

**Concelho:** Horta

**Ilha:** Ilha do Faial

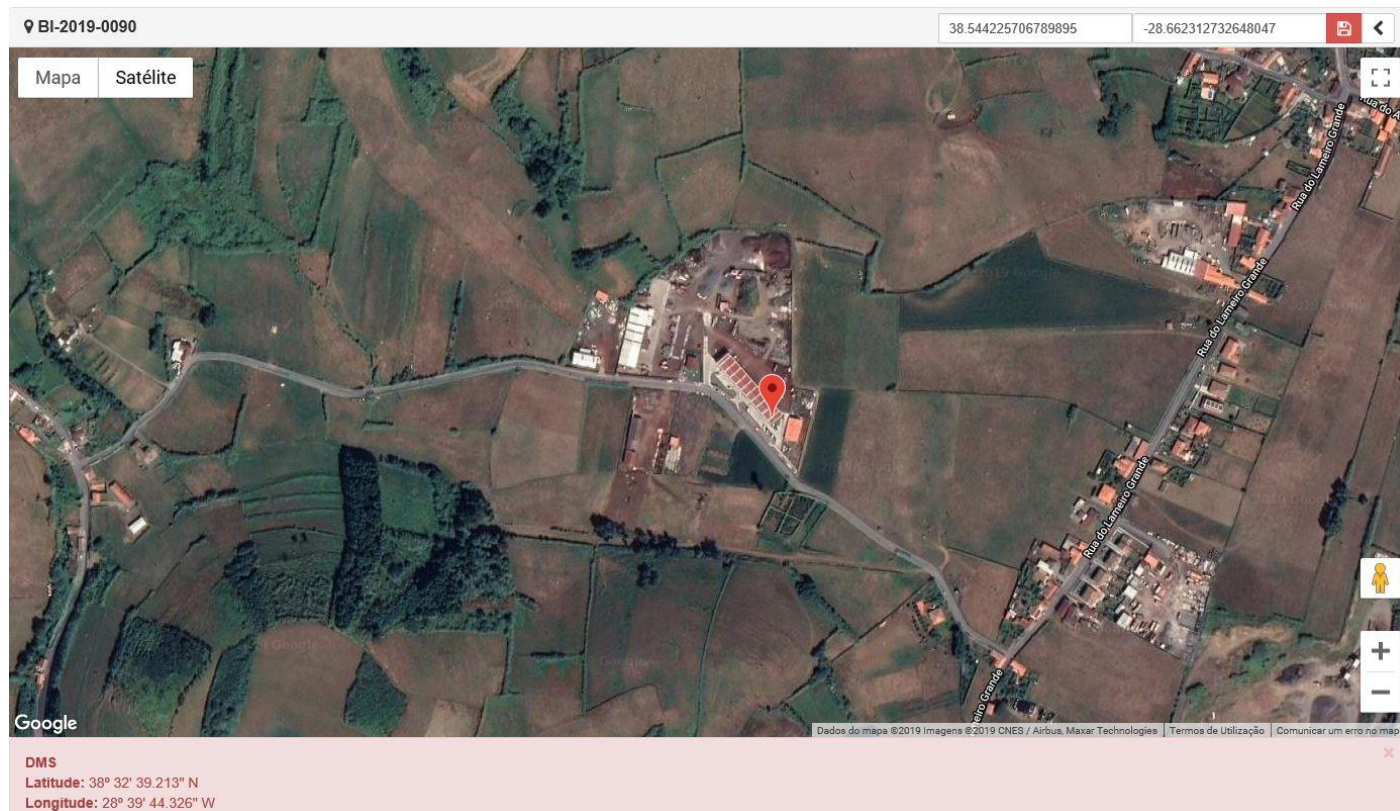
<b>Atividade principal:</b>	Recolha de outros resíduos não perigosos	<b>CAE principal:</b>	38112
	Fabricação de biodiesel		20591

<b>Outras atividades:</b>	Comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas	<b>CAE secundários:</b>	46214
---------------------------	---	-------------------------	-------

**Período de funcionamento:** 8h00 – 12h00 e 13h00 – 17h00

**Licenciamento da atividade:** Licença de Exploração Industrial para Estabelecimento do Tipo 2 (CAE 20591), de 13/10/2017 (Proc.º 01/LI)

**Coordenadas geográficas:** **Latitude:** 38° 32' 39,21" N; **Longitude:** 28° 39' 44,331" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado (Fonte: GESTIRA).

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A Ambiente 18 - Gestão Ambiental do Triângulo, Lda. é um operador de gestão de resíduos (OGR) que opera na ilha do Faial, utilizando para o efeito as instalações identificadas no ponto 1.3 do presente relatório.

A Ambiente 18 é titular de Licença de Exploração Industrial para Estabelecimento do Tipo 2 para fabricação de biocombustível, não possuindo alvará de licença de Operador de Gestão de Resíduos. Nestes casos, e nos termos do artigo 81.º DLR n.º 29/2011/A, de 16/11, o licenciamento de operações de gestão de resíduos é substituído pelo parecer vinculativo emitido pela autoridade ambiental (Direção Regional do Ambiente (DRA)), no âmbito do procedimento de licenciamento industrial. O parecer vinculativo da DRA foi emitido pelo ofício SAI-DRA/2017/903, de 27/03/2017, que se anexa ao presente processo.

A instalação está autorizada a receber apenas a seguinte tipologia de resíduos:

- ÓLEOS E GORDURAS ALIMENTARES, código LER 20 01 25.

O estabelecimento inspecionado é constituído por um edifício de apoio administrativo e pelo edifício onde está prevista a laboração para produção de biodiesel.

A instalação ainda não se encontra a produzir biodiesel porque não tem matéria prima, óleos e gorduras alimentares, em quantidade suficiente para poder iniciar o processo industrial.



### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	WC	Fossa séptica e poço absorvente	solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º, DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			
<b>OBS:</b>	Ainda não há produção de águas residuais resultantes do processo industrial dado o estabelecimento ainda não ter iniciado o processo de produção de biodiesel.		

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;



## 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	Ainda não há produção de águas residuais resultantes do processo industrial dado o estabelecimento ainda não ter iniciado o processo de produção de biodiesel.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos recebidos/geridos

#### 5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

Os resíduos admitidos são pesados na báscula e, posteriormente, são registados no SRIR.

#### 5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

(Fonte: Sistema Regional de Informação sobre Resíduos – SRIR)

Tipologia de resíduos recebidos	Código LER	Designação	Quantidade (Ton)	Operação	OBS.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			n.a.	n.a.	
<input type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos			n.a.	n.a.	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			n.a.	n.a.	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	20 01 25	ÓLEOS E GORDURAS ALIMENTARES	8,305	R1	
TOTAL =			8,305		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 5.1.3 – Principais origens dos resíduos

Nome	Obs.
Os resíduos recebidos na instalação são, na sua totalidade, provenientes de estabelecimentos de restauração e hotelaria da ilha do Faial.	

### 5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

LER	Designação	Quantidade	Destino
	Não resultam resíduos da atividade dado que o processo industrial ainda não se encontra em funcionamento.		

## 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

### 5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Recebe apenas óleos alimentares usados.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor.	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não há registo de encaminhamento de resíduos porque a produção de biodiesel ainda não foi iniciada, não havendo produção de resíduos para encaminhamento.
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos.	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Os recipientes utilizados para armazenar os óleos alimentares usados não estão identificados com o nome comum e código LER (Figuras 2 e 3).
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não utiliza e-GAR no transporte dos óleos alimentares usados.
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE).	DL 67/2014	Não aplicável	
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores.	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados.	Art.º 53.º, 57.º, 58.º, DLR 24/2012/A	Cumprido	No entanto, o OGR tem instalados pontos de recolha próprios de óleos alimentares usados (OAU) sem que o município lhe tenha transferido a responsabilidade pela gestão destes resíduos ( <b>Figuras 4 e 5</b> ).
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos.	Art.º 54.º e 53.º, DLR 29/2011/A; Reg.CE 1013/2006	Não aplicável	



**Figuras 2 e 3:** Armazenamento de óleos alimentares usados



**Figuras 4 e 5:** Eco ponto municipal, localizado em frente à Escola Básica da Horta, com ponto de recolha de óleos alimentares usados da Ambiente 18.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

**5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas no parecer vinculativo da autoridade ambiental <sup>(1)</sup> verificou-se o seguinte:**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Existência de estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento.	Art.º 36.º, alínea a), DLR 29/2011/A;	Cumprido	
b) Existência um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Art.º 36.º, alínea b), DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Existe um painel à entrada da instalação apenas com o nome do operador, não constam os dias e horário de funcionamento da instalação nem os contactos dos responsáveis pela instalação.
c) Implementado procedimento de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR).	Art.º 36.º, alínea c), DLR 29/2011/A; Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea h)	Cumprido parcialmente	Não utiliza e-GAR no transporte dos óleos alimentares usados (incumprimento registado na alínea g) do quadro 5.2.1).
d) Disponibilizado um sistema de pesagem com balança, ou equipamento similar adequado, para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Art.º 36.º alínea d), DLR 29/2011/A; Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea g)	Cumprido	
e) Delimitadas e identificadas as áreas de gestão por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores devidamente delimitadas e protegidas.	Art.º 36.º, alínea e), DLR 29/2011/A	Cumprido	
f) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações estão delimitadas e identificadas.	Art.º 36.º, alínea f), DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não há produção de águas residuais resultantes do processo industrial dado o estabelecimento não ter iniciado a produção de biodiesel.
g) A instalação deve estar dotada de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos e de decantadores e separadores de óleos e gorduras.	Art.º 36.º, alínea g), DLR 29/2011/A Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea f)	Não aplicável	Não há produção de águas residuais resultantes do processo industrial dado o estabelecimento não ter iniciado a produção de biodiesel.
h) Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Art.º 36.º, alínea h), DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) A armazenagem de resíduos deve ser feita em local coberto e pavimentado, em recipientes identificados de 1.000 litros e em tanques de inox de 4.500 litros	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea a)	Cumprido	
j) Os óleos alimentares usados devem ser armazenados em sistemas de contentorização estanque.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea b)	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
k) A impermeabilização da área de contentorização de resíduos deve ser complementada com a instalação de bacias de retenção.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea c)	Cumprido	
l) A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea d)	Cumprido	
m) Todos os recipientes utilizados na armazenagem de resíduos devem ter os resíduos identificados por nome comum e código LER, Sempre que aplicável, deve ser mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea e)	Não cumprido	Os recipientes utilizados para armazenar os óleos alimentares usados não estão identificados com o nome comum e código LER (incumprimento registado na alínea c) do quadro 5.2.1).
n) Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência de recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto dos resíduos.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea i)	Cumprido	
o) O transporte rodoviário dos resíduos deve cumprir as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do DLR n.º 29/2011/A, de 16/11, e é acompanhado por guia devidamente preenchida.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea j)	Não cumprido	Não utiliza e-GAR no transporte dos óleos alimentares usados (incumprimento registado na alínea g) do quadro 5.2.1).
p) A entidade está obrigada a estar inscrita no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) e a preencher anualmente o mapa de registo de produção de resíduos.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea k)	Cumprido	
q) Autorização do município para recolha de óleos minerais usados a produtores cuja produção diária não exceda 1100 L ou 250 Kg por produtor.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Resíduos, alínea l)	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da posse de autorização do município para o efeito.
r) Deve ser assegurada uma adequada drenagem e tratamento das águas residuais geradas no armazém.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Águas Residuais	Não aplicável	Não são gerados óleos minerais usados, mas sim óleos e gorduras alimentares usados. Previamente ao início do processo produtivo a instalação deverá ter licenciada a descarga de águas residuais e dispor de um separador de óleos e gorduras em funcionamento.
s) No caso de derrame de óleo no armazém durante o processo de manuseamento dos óleos é impreterível a instalação de um separador de hidrocarbonetos e definição de posturas a tomar por forma a permitir a rápida contenção, absorção e recolha dos óleos	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Águas Residuais	Não aplicável	
t) Deve ser garantida a disponibilização de contentorização adequada às necessidades/ espaço disponível para os óleos usados, devendo ser construída uma bacia de retenção para contenção de derrames acidentais oriundos da zona de armazenamento de óleos usados.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Águas Residuais	Não aplicável	





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
u) Licenciar a descarga de águas residuais junto da DRA, entregando o projeto de especialidades relativo à rede de drenagem de águas residuais, bem como à rede de drenagem de águas pluviais.	Parecer DRA <sup>(1)</sup> – Águas Residuais	Não aplicável	
OBS (1):	Parecer vinculativo da Direção Regional do Ambiente (DRA) emitido pelo ofício <b>SAI-DRA/2017/903, de 27/03/2017</b> , anexo ao presente processo. Não possui alvará de licença de Operador de Gestão de Resíduos por ser detentor de Licença de Exploração Industrial. Nestes casos, o licenciamento de uma operação de gestão de resíduos é substituído pelo <b>parecer vinculativo emitido pela autoridade ambiental</b> (DRA) no âmbito do procedimento de licenciamento industrial, nos termos do artigo 81.º DLR n.º 29/2011/A, de 16/11.		

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Não foram identificadas substâncias perigosas no estabelecimento.

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.



## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte:

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação/tratamento
Não foram identificadas fontes de emissão de poluentes abrangidas pelo DLR 32/2012/A.			

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5	Não foram identificados equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa.	
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50		
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500		
TECO <sub>2</sub> ≥ 500		

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

### 7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
	A atividade não tem enquadramento neste âmbito.		

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	



## 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	Não foram identificados equipamentos contendo gases prejudiciais para a camada de ozono.	
3 ≤ Carga < 30		
30 ≤ Carga < 300		
Carga ≥ 300		

### 7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
As habitações mais próximas distam cerca de 200 m do estabelecimento.	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	





## 9 – Regimes específicos

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidência/Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3, artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Não avaliado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não avaliado	

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

#### OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências/Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º, DL 147/2008	Não cumprido	Não foram apresentadas evidências da existência de garantia financeira válida e em vigor que assegure a responsabilidade ambiental inerente à atividade.

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

### 10.1 – Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração	Enquadramento legal
a) Os recipientes utilizados para armazenar os óleos alimentares usados não estão identificados com o nome comum e código LER.	Viola a alínea f) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b) O transporte de resíduos não é acompanhado por guia eletrónica de acompanhamento de resíduos (e-GAR).	Viola o artigo 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, conjugado com o artigo 3.º da Portaria da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo n.º 1879/2017, de 19/12, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea mm) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

c)	Incumprimento da obrigação de instalação de um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde conste, designadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Viola a alínea b) do artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental leve</u> prevista na alínea iii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €2.000 a €18.000 em caso de negligência e de €6.000 a €36.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
d)	Incumprimento da obrigação de possuir autorização do município para recolha de óleos alimentares usados a produtores cuja produção diária não exceda 1100 L ou 250 Kg por produtor.	Viola a alínea l) do parecer vinculativo da DRA (no que respeita aos Resíduos) emitido no âmbito do processo de licenciamento industrial, constituindo a prática de uma <u>contraordenação ambiental grave</u> prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16/11, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €12.000 a €72.000, em caso de negligência, e de €36.000 a €216.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
e)	Incumprimento da obrigação de constituição de garantia financeira (através da subscrição de apólice de seguro, da obtenção de garantia bancária, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito) válida e em vigor que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de operador de gestão de resíduos.	Viola o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 13/2016, de 09/03, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do mesmo diploma legal, sendo punível, se praticada por pessoa coletiva, com coima de €24.000 a €144.000 em caso de negligência e de €240.000 a €5.000.000 em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

**10.2** – Foi ainda verificada a seguinte irregularidade:

**f)** O OGR tem instalados na cidade da Horta pontos de recolha próprios de óleos alimentares usados (OAU) sem que o município lhe tenha transferido a responsabilidade pela gestão de óleos alimentares usados, conforme prevê o artigo 54.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A de 01/07.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

**11.1** – Notificação da empresa para regularização das infrações identificadas no ponto 10.1 do presente relatório, bem como da situação descrita em 10.2. A notificação inclui ainda recomendação para licenciamento da descarga de águas residuais previamente ao início do processo de produção de biocombustível.

**11.2** – Dar conhecimento à Direção Regional do presente relatório.

Horta, 23 de outubro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)